



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – 2021 COMITÊ DE GESTÃO DE RISCOS - CGR

1) Nº do PAD: 15.734/2017

2) COMPOSIÇÃO DA EQUIPE	UNIDADE
Solange Maria Vieira	SECPEE ¹
Mônica Miranda Gama Monteiro	SECCRE ²
Lilian Gasparin	SECGA ³
Sérgio Luiz Maranhão Ritzmann	SECGP ⁴
Silmara Aparecida Laskoski	SECGS ⁵
Helton José Sanches	SECOFC ⁶
Gilmar José Fernandes de Deus	SECTI ⁷
Danielle Cidade Morgado Maemura	SECJUD ⁸
Rubiane Barros Barbosa Kreuz	CCS ⁹
Lucianna Maria de Araújo Sampaio	ASSDG ¹⁰
Jillian Roberto Servat	ASSPRES ¹¹
Ana Lúcia Germano Costa	079ª ZE de Ibaiti

3) REUNIÕES REALIZADAS

1ª Reunião Data: 19/03/2021
Ações Deliberadas\Resultados Implementados:

1. Realização de estudos e pesquisa das melhores práticas em Gestão de Riscos existentes no Poder Judiciário Federal e outros órgãos da administração pública, a fim de elaborar proposta para revisão da política, das tabelas e da matriz de gestão de riscos do TRE-PR, bem como para implantação de manual e cartilha acerca do tema em comento.
2. Encaminhamento ao Comitê de Gestão de Riscos das matrizes de riscos dos processos institucionais citados abaixo, que estão sendo monitorados neste ano de 2021:
 - ✓ Outsourcing de Impressão – SECTI; e
 - ✓ Teletrabalho e Trabalho Remoto – SECGP.

¹ SECPEE – Secretaria de Planejamento de Estratégia e de Eleições

² SECCRE – Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral

³ SECGA – Secretaria de Gestão Administrativa

⁴ SECGP – Secretaria de Gestão de Pessoas

⁵ SECGS – Secretaria de Gestão de Serviços

⁶ SECOFC – Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

⁷ SECTI – Secretaria de Tecnologia da Informação

⁸ SECJUD – Secretaria Judiciária

⁹ CCS – Coordenadoria de Comunicação Social

¹⁰ ASSDG – Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral

¹¹ ASSPRES – Assessoria Jurídica da Presidência



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

3. Realização de reunião específica, entre a SPE/COPE e as áreas que monitorarão matrizes de riscos em 2021, voltadas ao alinhamento da prestação de informações necessárias à elaboração do Relato Integrado do Tribunal de Contas da União (TCU).
4. Apresentação aos demais presidentes de Comitês (na reunião de gestão), da proposta de padronização de procedimento que visa otimizar as deliberações dos Comitês, para que os temas relevantes e estratégicos tratados nas reuniões dos Comitês sejam levados ao conhecimento da Direção-Geral.

2ª Reunião **Data: 17/06/2021**

Ações Deliberadas\Resultados Implementados:

1. Informada a suspensão da gestão de riscos da contratação do *Outsourcing*, em razão do grande número de servidores impossibilitados de trabalhar presencialmente, em virtude da pandemia do Covid 19.
2. Definido que os riscos financeiros/orçamentários farão parte da política de gestão de riscos.
3. Providenciados estudos sobre aquisição de Sistema para Gestão de Riscos nas Contratações.
4. Realizadas Ações preventivas e educacionais frente a possíveis condutas inapropriadas de servidores em redes sociais.

3ª Reunião **Data: 29/09/2021**

Ações Deliberadas\Resultados Implementados:

1. Noticiada a criação do Comitê Gestor da Política de Governança das Contratações.
2. Relatado que as ações preventivas e educacionais, frente a possíveis condutas inapropriadas de servidores em redes sociais, serão mantidas como ações contínuas da CCS⁹, pois são de interesse estratégico do Tribunal.
3. Informado o arquivamento do processo referente à Gestão de Riscos “Competência para os Processos Criminais Conexos a Crimes Eleitorais” (exposição midiática” e vazamento de informações; uma vez que todas as fases da Matriz de Gestão de Riscos já foram cumpridas.
4. Revisado o material que foi elaborado pela Seção de Apoio à Governança Institucional-SAGI, considerando a nova política de Gestão de Riscos no TRE-PR, implantada com a publicação da Portaria nº 423/2021.
5. Definido que será adquirida ferramenta para sistematizar/automatizar as práticas relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e à Gestão de Riscos de todo o Tribunal.



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

6. Apresentado o monitoramento das ações referentes à execução do Plano de Integridade.
7. Acatada a proposta para que seja autorizada a capacitação de 70 (setenta) servidores, lotados no interior e na sede do TRE-PR, para o curso sobre a temática de Gestão de Riscos, priorizando-se os que ainda não realizaram nenhum curso referente a este assunto.
8. Apresentados os 10 (dez) processos finalísticos, essenciais à realização das eleições, que poderão ser objeto de monitoramento dos riscos no próximo ano.

4ª Reunião

Data: 01/12/2021

Ações Deliberadas\Resultados Implementados:

1. Informada a publicação do manual, da cartilha, do passo a passo e da planilha sobre a nova Política de Gestão de Riscos na *intranet* em 29/10/2021.
2. Noticiado o atendimento à meta 31 do Plano de Gestão (PAD 13082/2020), com a publicação de 8 (oito) notícias na *intranet* sobre Gestão de Riscos.
3. Informada a realização da capacitação de 31 (trinta e um) servidores (sendo 18 das Zonas Eleitorais) no curso sobre Gestão de Riscos, Governança e Compliance.
4. Apresentados os 3 (três) PADs de contratação com as respectivas planilhas e relatórios de riscos pertencentes ao Plano de Integridade.
5. Informado que o prazo, para as áreas responderem o relatório de Gestão de Riscos, que comporá o Relatório Integrado do TCU, encerrou em 30/11.
6. Apresentada a Matriz de Risco sobre Teletrabalho, destacando-se como principais riscos de eventos: lotações, interação entre os servidores, saúde dos servidores e falta de monitoramento das atividades. Relatado que o tratamento dos riscos apontados, será feito pelo constante monitoramento e orientação aos servidores e chefias. Noticiadas as ações possíveis para o tratamento dos riscos: direcionamento de funções comissionadas para as unidades com dificuldade de lotação, realização de reuniões periódicas, execução de rodízio de atividades ainda que em teletrabalho, acompanhamento da saúde do servidor pela Seção de Atenção à Saúde, realização de entrevista com servidores e elaboração dos relatórios das atividades.
7. Relatado que as ações, para levantar e monitorar o histórico de processos alternativos de resolução de conflitos administrativos, disciplinares e de sanções administrativas pertinentes à integridade, passaram a ser tratadas pela Comissão de Ética e Integridade.

4) OBSERVAÇÕES GERAIS:



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

5) CONCLUSÃO:

Concluídos os trabalhos, eu, Solange Maria Vieira, Presidente do Comitê de Gestão de Riscos, minutei o presente relatório, que será publicado na *Internet/Intranet* deste Tribunal.